



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

061. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – DEFESA DO CONSUMIDOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(M. Schulz, "Minduim Charles". <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>. 25.05.2023. Adaptado)

01. De acordo com a norma-padrão, as lacunas da tira devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) quiser ... esse ... têm
- (B) querer ... este ... tiver
- (C) quer ... o ... têm
- (D) querer ... esse ... tem
- (E) quiser ... este ... tiver

02. O pensamento do cachorro – Senso de humor esquisito! – refere-se

- (A) à sua própria indiferença por um lanche tão tardio.
- (B) a um horário esdrúxulo para o menino servir lanche.
- (C) à falta de solidariedade do menino com a fome canina.
- (D) à necessidade de um formulário para conseguir lanche.
- (E) à criação de uma burocracia para um lanche que não existe.

Leia o texto para responder às questões de números **03 a 10**.

Traumas do Trânsito

Entre 2011 e 2021, o número de motocicletas circulando no Brasil cresceu 64,7%, de 18 milhões para 30,3 milhões. Como se sabe e boletim do Ministério da Saúde comprova, a escalada elevou a insegurança.

Em 2011, 70,5 mil motociclistas lesionados em acidentes de trânsito foram hospitalizados (3,9 a cada 100 mil habitantes). Já em 2021, foram 115,7 mil (6,1 a cada 100 mil) – aumento de 55% em dez anos.

Apesar de o número de mortos ter permanecido quase estável no período (11,5 mil e 11,1 mil, respectivamente), ele representa 26,6% das fatalidades no tráfego em 2011 e 35,3% em 2021.

Acidentes de trânsito são grave problema de saúde pública no país que, no caso de motocicletas, atinge estratos sociais fragilizados.

Em 2021, as hospitalizações de motociclistas custaram R\$ 167 milhões ao Estado. Despesas por traumatismo cranioencefálico grave (TCE) passaram de R\$ 123,7 milhões, em 2008, para R\$ 278 milhões em 2019. Acidentes de trânsito são a principal causa de TCEs, seguidos por violência interpessoal.

Os custos não findam com a internação. Traumas geram sequelas que exigem tratamentos custosos para reabilitação e podem incapacitar o paciente por toda a vida. Ou seja, além dos gastos públicos, o país perde força laboral.

Para diminuir gastos na saúde e proteger jovens trabalhadores, é fundamental que o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, implemente ações de fiscalização e de conscientização que integrem órgãos de transporte, justiça, saúde e educação.

Tal orientação já consta do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, legislação aprovada pelo Congresso em 2018. Basta tirá-lo do papel.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 31.05.2023. Adaptado)

03. Ao longo do texto, são apresentados dados numéricos com o objetivo de

- (A) mostrar como a violência no trânsito está ceifando vidas inocentes, o que exige da sociedade manifestações para que haja mudanças na leis de trânsito.
- (B) sensibilizar os leitores sobre a situação caótica no trânsito das cidades brasileiras devido ao aumento irresponsável do número de motocicletas em circulação.
- (C) enfatizar a dimensão e a complexidade do problema analisado, como os contratempos por que passam os motociclistas quando se acidentam no trânsito.
- (D) criticar as pessoas que recorrem ao Estado para obter recursos financeiros, ou seja, aquelas que se acidentam e depois deixam de trabalhar regularmente.
- (E) contestar a necessidade de discussão ampla sobre as mortes de motociclistas no trânsito das grandes cidades, pois o número de acidentes fatais está estável.

04. Nos dois primeiros parágrafos, o editorial deixa claro que

- (A) o recrudescimento de casos de motociclistas lesionados é um fator que comprova a insegurança do trânsito brasileiro.
- (B) o Ministério da Saúde divulgou um boletim cujas informações atestam a diminuição do tráfego de motociclistas nas cidades.
- (C) o número de motociclistas envolvidos em acidentes em 2021 foi maior que o de 2011, apesar de haver menos motos circulando.
- (D) o número de motos circulando no país gera uma insegurança que não se justifica em razão do número de acidentes constatados.
- (E) o boletim do Ministério da Saúde ratifica que os acidentes com motos acontecem, mas que não devem gerar insegurança social.

05. As passagens “... atinge estratos sociais fragilizados.” (4º parágrafo) e “Os custos não findam com a internação.” (6º parágrafo) podem ser interpretadas, correta e respectivamente, da seguinte forma:

- (A) Os acidentes de trânsito com motocicletas envolvem principalmente pessoas reconhecidas na sociedade. / Hospitais públicos, caso o período de internação seja longo, podem cobrar dos acidentados.
- (B) Os acidentes de trânsito com motocicletas envolvem principalmente pessoas abaladas emocionalmente. / É possível que um acidentado custe mais ao cofre público do que a internação hospitalar.
- (C) Os acidentes de trânsito com motocicletas envolvem principalmente pessoas de diferentes grupos sociais. / Os hospitais tentam limitar os custos relativos à internação de acidentados.
- (D) Os acidentes de trânsito com motocicletas envolvem principalmente pessoas de menor poder aquisitivo. / Os custos com um acidentado normalmente não se limitam à internação.
- (E) Os acidentes de trânsito com motocicletas envolvem principalmente pessoas com poucos recursos financeiros. / Os custos ficam restritos à internação inicial dos acidentados.

06. Nas passagens do 6º parágrafo “Traumas geram **sequelas...**” e “... o país perde força **laboral**”, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) anomalias; de conciliação.
- (B) consequências; de trabalho.
- (C) limitações; recorrente.
- (D) efeitos; inalterável.
- (E) contrariedades; de lei.

07. No 3º parágrafo – **Apesar de o número de mortos ter permanecido quase estável no período** (11,5 mil e 11,1 mil, respectivamente), ele representa 26,6% das fatalidades no tráfego em 2011 e 35,3% em 2021. –, o sentido das informações e a conformidade com a norma-padrão são mantidos com a seguinte reescrita do trecho destacado:

- (A) Uma vez que o número de mortos teve permanecido quase estável no período...
- (B) Por mais que o número de mortos tem permanecido quase estável no período...
- (C) Ainda que o número de mortos tenha permanecido quase estável no período...
- (D) Para que o número de mortos tivesse permanecido quase estável no período...
- (E) Posto que o número de mortos teria permanecido quase estável no período...

08. Na frase final do texto – Basta **tirá-lo do papel**. –, a expressão destacada está empregada em sentido

- (A) figurado, criticando a legislação de trânsito existente no país.
- (B) próprio, amenizando a preocupação com uma nova legislação.
- (C) figurado, exortando a necessidade de pôr em prática a legislação.
- (D) próprio, enaltecendo as qualidades da legislação de trânsito.
- (E) figurado, questionando a validade de fazer valer a legislação.

09. A pontuação está em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) O boletim do Ministério da Saúde comprova, que a escalada elevou a insegurança.
- (B) Com os tratamentos o país, tem aumento, nos gastos públicos, e perda da força laboral.
- (C) Os acidentes de trânsito com motocicletas, atingem estratos sociais fragilizados.
- (D) Despesas por TCE, que eram de 123,7 milhões em 2008, atingiram 278 milhões em 2019.
- (E) Foram hospitalizados, 70,5 mil motociclistas lesionados em acidentes em 2011.

10. De acordo com a norma-padrão, a lacuna em – Traumas geram sequelas que exigem tratamentos custosos para reabilitação do paciente e podem _____ para a vida profissional. – deve ser preenchida com:

- (A) lhe incapacitar
- (B) incapacitá-lo
- (C) incapacitar ele
- (D) incapacitar-lhe
- (E) incapacitar-no

Leia o poema para responder às questões de números 11 a 15.

Minha terra

Saí menino de minha terra.
Passei trinta anos longe dela.
De vez em quando me diziam:
Sua terra está completamente mudada,
Tem avenidas, arranha-céus...
É hoje uma bonita cidade!

Meu coração ficava pequenino.

Revi afinal o meu Recife.
Está de fato completamente mudado.
Tem avenidas, arranha-céus.
É hoje uma bonita cidade.

Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!

(Manuel Bandeira, *As cidades e as musas*)

11. A diferença na pontuação dos versos “É hoje uma bonita cidade!” e “É hoje uma bonita cidade.” permite concluir corretamente que o eu lírico expressa

- (A) emoção incontrolável com a revisitação a Recife, o que se comprova com o verso: “Meu coração ficava pequenino.”
- (B) desdém pelas mudanças ocorridas em Recife, o que se comprova com o verso: “Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!”
- (C) ojeriza por ter de estar mais uma vez em Recife, o que se comprova com o verso: “Está de fato completamente mudado.”
- (D) contentamento por visitar o seu Recife de outrora, o que se comprova com o verso: “Passei trinta anos longe dela.”
- (E) desprezo pela cidade miserável que é Recife onde nasceu há trinta anos, o que se comprova com o verso: “Tem avenidas, arranha-céus.”

12. No verso – Está de fato completamente mudado. –, as expressões “de fato” e “completamente” exprimem, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) intensidade e meio.
- (B) dúvida e modo.
- (C) lugar e afirmação.
- (D) afirmação e intensidade.
- (E) modo e dúvida.

13. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância nominal e de concordância verbal.

- (A) Avenidas e arranha-céus tornaram o meu Recife bonito, bastante diferente de trinta anos atrás.
- (B) Diziam para mim que, em Recife, haviam avenidas e arranha-céus maravilhosos a embelezá-la.
- (C) Ao longo de trinta anos, aconteceu mudanças em Recife, com bastante avenidas e arranha-céus.
- (D) O meu Recife, hoje, dispõem de muitas avenidas e arranha-céus esplendorosos a embelezá-lo.
- (E) Foi trinta anos longe de Recife, até rever essa cidade, com suas amplas avenidas e arranha-céus.

14. O eu lírico estava ansioso _____ rever o seu Recife e não discordou _____ quem lhe afirmara _____ a cidade estava bonita.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) por ... de ... que
- (B) em ... com ... de que
- (C) a ... contra ... que
- (D) de ... a ... de que
- (E) com ... em ... que

15. A colocação pronominal atende à norma-padrão em:

- (A) Me diziam que Recife estava bonita e meu coração, então, ficava pequenininho.
- (B) Quando falavam-me de Recife, aludiam a suas avenidas e a seus arranha-céus.
- (C) Recife tinha transformado-se em uma cidade cheia de avenidas e arranha-céus.
- (D) Disseram que construíram-se avenidas e arranha-céus para embelezar meu Recife.
- (E) Há 30 anos deixei Recife e hoje a reencontrei transformada numa bonita cidade.

16. Uma empresa tem certo número de departamentos, e todos os funcionários da empresa participaram uma única vez de uma palestra sobre primeiros socorros. Essa palestra foi oferecida 5 vezes, e, na primeira vez, participaram 11 funcionários de cada departamento. A segunda palestra contou com a presença de 9 funcionários de cada departamento, e a terceira palestra, com 15 funcionários de cada departamento. Na quarta palestra, de metade dos departamentos, foram chamados 8 funcionários, e, da outra metade, 7 funcionários. A quinta palestra contou com a presença de todos os funcionários que ainda não tinham participado, num total de 175. Se a primeira palestra teve 21 funcionários a menos que a última, o total de funcionários dessa empresa é

- (A) 630.
- (B) 650.
- (C) 700.
- (D) 770.
- (E) 820.

17. O fluxo de veículos em certo trecho de uma via é controlado por dois semáforos que possuem apenas a luz verde (indicando que a passagem está liberada) e a luz vermelha (indicando proibição de passagem). Um desses semáforos fica com a luz verde acesa por 1 minuto e 10 segundos, e outro, por 2 minutos e 30 segundos, e passam, ao fim de cada fase verde, para a fase vermelha. Esses dois semáforos ficam 50 segundos na fase vermelha, passando em seguida para a fase verde. Considerando que à 0h de certo dia os dois semáforos iniciaram a liberação de passagem, nesse dia, o último momento em que esses semáforos iniciaram a fase vermelha foi às

- (A) 23h59min10s.
- (B) 23h59min20s.
- (C) 23h59min30s.
- (D) 23h59min40s.
- (E) 23h59min50s.

18. O *Tour de France* é uma competição anual de ciclismo realizada na França. Considerando um grupo de 500 ciclistas, no fim de 2018, alguns já tinham participado uma única vez do *Tour de France*, e os demais nunca participaram. No fim de 2021, entre os que já tinham participado até o fim de 2018, 20% participaram mais duas vezes nesse *Tour*, 35% participaram mais uma vez, e os demais não voltaram a participar. Considerando os que nunca tinham participado até o fim de 2018, 30 participaram uma primeira e única vez, 25% participaram em 2019 e 2020, e os demais continuaram sem participar dessa competição. Se no fim de 2021 a soma de todas as participações no *Tour* feitas por esses ciclistas era igual a 555, o número desses ciclistas que já tinham participado do *Tour* até o final de 2018 era

- (A) 180.
- (B) 200.
- (C) 220.
- (D) 240.
- (E) 260.

19. Em uma cidade, a razão entre o número de pessoas e o número de animais domésticos é de $\frac{12}{5}$. Se o número de

pessoas dessa cidade aumentar em 15%, e o número de animais domésticos diminuir em 924, a razão indicada passará a ser de $\frac{15}{4}$. O número atual de pessoas na

cidade é

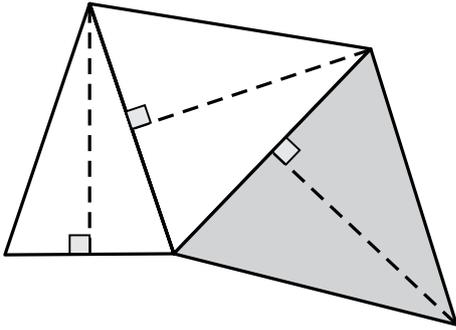
- (A) 8000.
- (B) 8400.
- (C) 8800.
- (D) 9200.
- (E) 9600.

20. Uma empresa produz um certo tipo de peça e as embala em um lote do tipo L, que contém um determinado número de peças ou em um lote do tipo P, que contém o dobro de peças do lote L. Para produzir peças para 12 lotes do tipo L, 3 máquinas idênticas devem funcionar por 5 horas. Para produzir peças para 20 lotes do tipo P, 8 dessas mesmas máquinas devem funcionar por

- (A) 6 horas.
- (B) 6 horas e 15 minutos.
- (C) 6 horas e 30 minutos.
- (D) 6 horas e 45 minutos.
- (E) 7 horas.

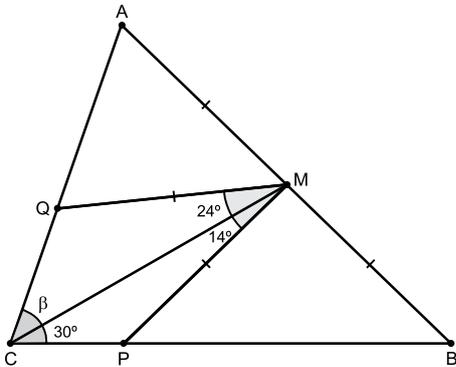
21. Um grupo de amigos combinou de preparar uma festa. Cada amigo deveria levar dois pratos de iguarias, cada prato contendo um número de iguarias igual ao número de amigos do grupo subtraído de 8. Se o total de iguarias que foram levadas foi 1 768, o algarismo das unidades do número de amigos desse grupo é
- (A) 8.
(B) 7.
(C) 6.
(D) 5.
(E) 4.
22. Uma livraria fez uma promoção para vender todos os 235 livros de determinado autor que tinha em estoque. Em 3 dias, todos os livros foram vendidos, de maneira que, no primeiro dia, foi vendido um quarto do total vendido nos outros dois dias, e, no segundo dia, foram vendidos 22 livros a mais do que no terceiro dia. O total de livros desse autor que foram vendidos no primeiro dia foi
- (A) 47.
(B) 48.
(C) 49.
(D) 50.
(E) 51.
23. Um ciclista percorreu uma certa distância em alguns dias e, após ter percorrido 330 km, ele trocou um dos pneus da bicicleta por um pneu estepe, de maneira que, considerando os 3 pneus usados durante todo o trajeto, a média aritmética do número de quilômetros percorridos por pneu foi 400 km. A distância percorrida pelo pneu menos usado, ou seja, o que percorreu a menor distância, foi
- (A) 90 km.
(B) 110 km.
(C) 270 km.
(D) 330 km.
(E) 400 km.

24. Três triângulos isósceles possuem lados em comum, conforme mostra a figura, em que as linhas tracejadas representam alturas de 6 cm, e o triângulo de maior área está destacado.



Se a menor área entre esses triângulos é 12 cm^2 , o triângulo de maior área tem

- (A) $2\sqrt{48} \text{ cm}^2$
 - (B) $2\sqrt{72} \text{ cm}^2$
 - (C) $3\sqrt{40} \text{ cm}^2$
 - (D) $3\sqrt{42} \text{ cm}^2$
 - (E) $3\sqrt{46} \text{ cm}^2$
25. Em um triângulo ABC, o ponto M divide o lado AB em duas partes de mesma medida, e os pontos P e Q estão sobre os lados desse triângulo, de modo que $MP = MQ = MA$, conforme mostra a figura.



A medida do ângulo β é

- (A) 38° .
- (B) 39° .
- (C) 40° .
- (D) 41° .
- (E) 42° .

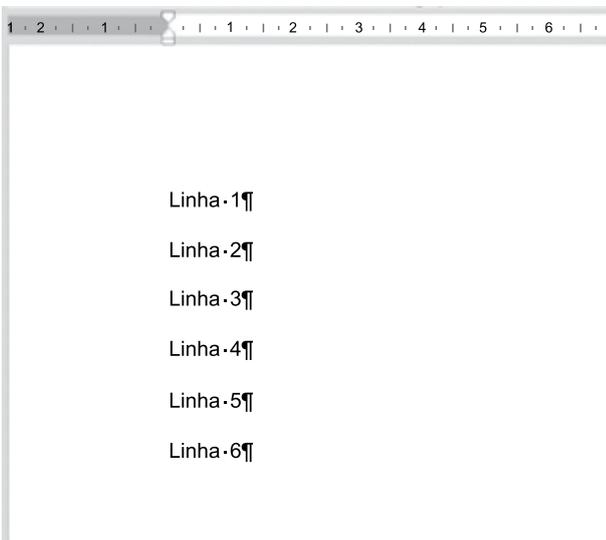
26. Tem-se a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração-padrão.

	A	B	C
1	8	7	13
2	12	10	6
3	7	12	8
4			
5			

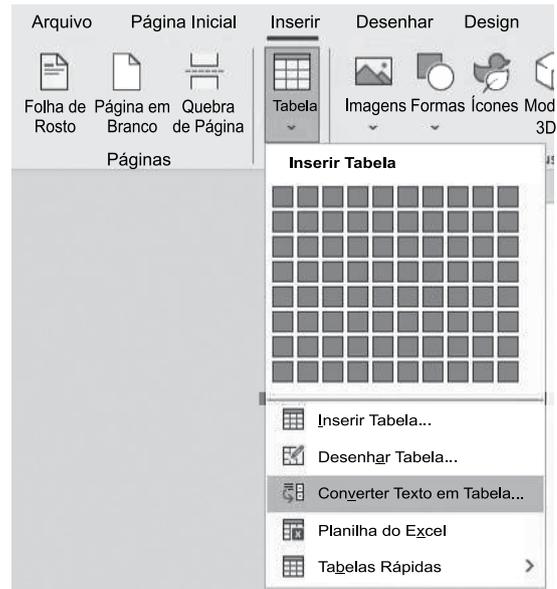
Para contar a quantidade de células entre A1 e C3 que possuem valor maior do que 10 e menor do que 13, e exibir o resultado na célula A5, é preciso inserir na célula A5 a fórmula

- (A) =CONT.SE(A1:C3;"<13") - CONT.SE(A1:C3;">10")
- (B) =CONT.SES(A1:C3;">10";A1:C3;"<13")
- (C) =CONT.SE(A1:C3;E(">10";"<13"))
- (D) =CONT.SES(A1:C3;">10";"<13")
- (E) =CONT.SE(A1:C3;"<13") / CONT.SE(A1:C3;">10")

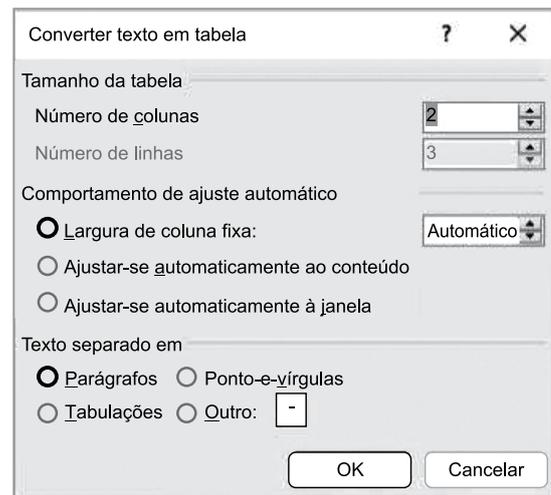
27. Tem-se o seguinte documento, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, com as marcas de parágrafo ativadas.



Um usuário selecionou todo o texto, e selecionou a opção Converter Texto em Tabela... a partir do ícone Tabela, grupo Tabelas, guia Inserir, conforme imagem a seguir.



Finalmente, configurou a janela Converter texto em tabela para ser 2 colunas e 3 linhas, conforme imagem a seguir.



Assinale a alternativa com o resultado correto dessa ação, mostrado sem as marcas de parágrafo.

- (A)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	
- (B)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
- (C)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	
- (D)

Linha 1	Linha 2
Linha 3	Linha 4
Linha 5	Linha 6
- (E)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	

28. Tem-se a seguinte imagem, do Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração original.

<input type="checkbox"/> Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
 Projeto.docx.txt	25/04/2023 21:33	Documento de Texto	5 KB

Ao efetuar um duplo clique sobre o arquivo da imagem, com o botão primário do mouse,

- (A) será aberto o Microsoft Word com o conteúdo do arquivo Projeto.docx.txt.
- (B) serão abertos ambos o Bloco de Notas e o Microsoft Word com o conteúdo do arquivo Projeto.docx.txt.
- (C) será aberto o Bloco de Notas com o conteúdo do arquivo Projeto.docx.txt.
- (D) o Windows irá apresentar um erro.
- (E) nenhum aplicativo será aberto.

29. Em uma apresentação com 6 slides, criada no Microsoft PowerPoint 2016, em sua configuração-padrão, um usuário configurou os slides da seguinte forma:

Slide 1: não oculto

Slide 2: oculto

Slide 3: não oculto

Slide 4: oculto

Slide 5: oculto

Slide 6: não oculto

Não existem transições ou animações configuradas. No slide 1, existe um botão de ação com hiperlink para o próximo slide. Ao iniciar o Modo de Apresentação pressionando a tecla F5, o slide 1 é exibido. Ao clicar no botão de ação, é apresentado o slide _____. Ao pressionar ENTER, é exibido o slide _____. Ao pressionar End, é exibido o slide _____. Ao pressionar Seta para Cima, é exibido o slide _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) 2, 3, 6, 3
- (B) 2, 3, 6, 5
- (C) 3, 3, 6, 3
- (D) 3, 4, 6, 5
- (E) 3, 6, 6, 3

30. Considere as características de uma mensagem de correio eletrônico, preparada no Microsoft Outlook 2016, em sua configuração original:

De: Paulo

Para: Joana

Cc: Andreia

Cco: Ricardo

Assunto: Renato

Após Paulo clicar em enviar, a mensagem foi gravada e permaneceu na pasta Caixa de Saída do computador de Paulo.

Quanto ao recebimento da mensagem, é correto afirmar que

- (A) nenhum dos usuários recebeu.
- (B) apenas Joana recebeu.
- (C) apenas Joana e Andreia receberam.
- (D) apenas Joana, Andreia e Ricardo receberam.
- (E) Joana, Andreia, Ricardo e Renato receberam.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A relação jurídica de consumo será considerada como tal, quando encontrarmos na contratação estabelecida entre as partes, de um lado a figura de um consumidor e do outro lado a pessoa de um fornecedor.

A partir dessa premissa, sob o ponto de vista que estabelece o Código de Defesa do Consumidor, cabe asseverar que será reputado como consumidor:

- (A) a pessoa física que adquire o produto para revenda ou como destinatário final.
- (B) a pessoa jurídica que adquire serviço, com vistas à montagem de produto por ela fabricado.
- (C) a coletividade de pessoas, que haja intervindo nas relações de consumo, apenas, quando determináveis.
- (D) equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento relacionado à situação que gerou responsabilidade pelo fato do serviço.
- (E) para os fins de proteção contra práticas comerciais, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas ou não àquelas.

32. O atendimento prioritário a determinadas categorias de consumidores é objeto de regulamentação pela Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que assim disciplina:

- (A) as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e os obesos gozarão de atendimento prioritário.
- (B) os acompanhantes dos titulares da prioridade serão atendidos separadamente e de forma acessória a eles.
- (C) as empresas concessionárias de serviços públicos de água e esgoto estão isentas de fornecer atendimento prioritário aos que fazem jus a tal prerrogativa.
- (D) em qualquer modalidade de transporte por aplicativo será reservado assento, devidamente identificado aos idosos.
- (E) as cooperativas de crédito que atuam como instituição financeira ficam dispensadas de fornecer atendimento prioritário aos beneficiários de tal prerrogativa.

33. A edição de um Código de Defesa do Consumidor foi um marco de civilidade trazido para o bojo da sociedade brasileira, em especial por nele constar um rol de direitos básicos a serem assegurados ao consumidor, dentre os quais deve-se assim considerar:

- (A) a proteção contra a publicidade enganosa, comparativa e abusiva.
- (B) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos, transcontinentais e difusos.
- (C) a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive, no processo civil, com a inversão do ônus financeiro da prova por ele a ser produzida.
- (D) divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, assegurada a igualdade relativa na contratação.
- (E) a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação respectiva, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.

34. As Leis Estaduais nº 14.729/12 e nº 15.298/14 que asseguram o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em casas de diversões, praças desportivas e similares, favorece, dentre outros profissionais:

- (A) professores do ensino médio da rede estadual pública e privada.
- (B) titulares de cargos do quadro de apoio das escolas das redes públicas estadual e municipais de ensino.
- (C) professores do ensino fundamental da rede municipal pública e privada.
- (D) professores de universidades públicas e privadas.
- (E) coordenadores pedagógicos de estabelecimentos de ensino das redes pública e privada.

35. O Código de Defesa do Consumidor é considerado um microsistema normativo, possuindo dispositivos de conteúdo programático; dentre eles, encontram-se aqueles que estabelecem a denominada política nacional das relações de consumo, que deve pautar-se, dentre outros, ao seguinte princípio:

- (A) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, desde que por ele comprovada tal condição.
- (B) ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor, mas sem a presença do Estado no mercado de consumo.
- (C) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.
- (D) imposição à adoção, pelos fornecedores, de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.
- (E) estudo eventual das modificações do mercado de consumo.

36. A respeito da responsabilidade civil dos fornecedores no mercado de consumo, a partir dos ditames constantes no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.
- (A) O fabricante não será responsabilizado pelo fato do produto quando provar culpa concorrente com o consumidor.
 - (B) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais pelo fato do serviço será apurada objetivamente.
 - (C) Caracterizado o vício de qualidade do serviço, o consumidor poderá exigir a sua reexecução, sem custo adicional e quando cabível, reexecução essa que poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.
 - (D) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, apenas o seu produtor será responsável perante o consumidor.
 - (E) O produto será considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
37. A possibilidade de perenização da judicialização de lides é vedada pela maioria esmagadora dos ramos do Direito, inclusive no Direito do Consumidor, cuja codificação específica prevê que o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, caduca em
- (A) 20 (vinte) dias, em se tratando de fornecimento de serviço não durável.
 - (B) 15 (quinze) dias, em se tratando de fornecimento de produto não durável.
 - (C) 60 (sessenta) dias, em se tratando de fornecimento de serviço durável.
 - (D) 30 (trinta) dias, em se tratando de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
 - (E) 45 (quarenta e cinco) dias, em se tratando de fornecimento de produto durável.
38. A partir do que consta no Decreto Federal nº 5.903, de 20 de setembro de 2006, em supermercados, no que diz respeito à afiação de preços de bens expostos para aquisição do consumidor, é correto afirmar que
- (A) os leitores óticos de código de barras, quando adotados, deverão ser indicados por cartazes suspensos que informem a sua localização.
 - (B) é vedado o uso de código referencial.
 - (C) os leitores óticos, quando adotados, deverão ser dispostos, de modo que seja observada a distância máxima de 20 (vinte) metros entre qualquer produto e a leitora mais próxima.
 - (D) quando adotado apreçamento impresso na própria embalagem do produto, este poderá ter sua face principal voltada ao consumidor.
 - (E) quando adotado apreçamento direto na própria embalagem do produto, fica vedada a utilização de código de barras.
39. O princípio da boa-fé objetiva permeia todas as nuances da relação jurídica consumerista, desde o momento da oferta de produtos e serviços até a execução de um determinado contrato celebrado; e nesse esteio, o Código de Defesa do Consumidor determina que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:
- (A) permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais de um número de consumidores igual ao fixado pela autoridade administrativa como máximo.
 - (B) exigir do consumidor vantagem excessiva.
 - (C) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
 - (D) recusar a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pagamento por cartão de débito ou crédito.
 - (E) usar a idade, saúde, conhecimento ou condição social do consumidor para oferecer-lhe seus produtos ou serviços.
40. A Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, adotando definições para capitulação das várias pessoas e processos envolvidos na cadeia de consumo.
- Nesse cenário, assinale a alternativa correta.
- (A) Área urbana é a parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro semi-urbano, urbano ou urbanizado, pelo Plano Diretor.
 - (B) Bandeiras tarifárias é o sistema que tem como finalidade sinalizar os custos, passados, atuais e futuros da geração de energia elétrica ao consumidor por meio da tarifa de energia.
 - (C) Carga instalada é a soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora e em condições de entrar em funcionamento, expressa em mW (megawatts) hora, dia e mês.
 - (D) Demanda é a média das potências elétricas ativas ou reativas, injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição durante um intervalo de tempo especificado.
 - (E) Consumidor pseudoliberto é o consumidor que cumpre as condições estabelecidas para tornar-se livre, mas é atendido de forma regulada.

41. A liberdade de pactuar no âmbito da contratação consumista é mitigada pela Codificação que a rege, aparecendo como nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que
- (A) nos contratos entabulados entre fornecedor e consumidor pessoa jurídica limitem eventual indenização a que faça jus dito consumidor, em situações justificáveis.
 - (B) estabeleçam prazos de carência em caso de imponibilidade das prestações mensais, a partir do acordo do consumidor com o seu respectivo credor.
 - (C) estabeleçam inversão automática do ônus da prova em favor do consumidor.
 - (D) determinem a utilização de arbitragem, ainda que por escolha do consumidor.
 - (E) obriguem consumidor e fornecedor a ressarcirem os custos de cobrança de sua obrigação.
42. A Lei Federal nº 9.656, de 13 de junho de 1998, que trata do regime jurídico dos chamados planos e seguros privados de assistência à saúde, determina que as infrações aos seus ditames sujeitem as respectivas operadoras, seus administradores, membros de conselhos administrativos, deliberativos, consultivos, fiscais e assemelhados às seguintes penalidades:
- (A) censura.
 - (B) multa com imposição de obrigação de fazer.
 - (C) suspensão do recebimento de bonificação do administrador.
 - (D) inabilitação efêmera para exercício de cargos em operadoras de planos de assistência à saúde.
 - (E) cancelamento da autorização de funcionamento e alienação da carteira da operadora.
43. O poder público tem o mister de fiscalizar e controlar o mercado de consumo, de modo a punir os fornecedores que desrespeitem as disposições legais previstas no Código de Defesa do Consumidor, sendo certo que, nos termos da referida codificação,
- (A) quando aplicada multa, como sanção administrativa, será em montante não inferior a 200 (duzentas) e não superior a 3.000.000 (três milhões) de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.
 - (B) a fiscalização dos fornecedores caberá exclusivamente aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (C) os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, ainda que sobre segredo industrial.
 - (D) a advertência é espécie de sanção administrativa.
 - (E) a pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar cumulativamente obrigação legal e contratual.
44. No que concerne à colocação de produtos ou serviços no mercado de consumo por parte de seus respectivos fornecedores, segundo o que consta dos textos das Lei Federais nº 10.674/2003 e 12.291/2010, assinale a alternativa correta.
- (A) Todos os alimentos industrializados ou não deverão conter em seu rótulo, obrigatoriamente, as inscrições “contém Glúten” ou “não contém Glúten”, conforme o caso.
 - (B) A advertência de “contém Glúten” ou “não contém Glúten”, conforme o caso, deve ser impressa nos rótulos e embalagens dos produtos industrializados, assim como em cartazes e materiais de divulgação em caracteres com destaque, nítidos e de fácil leitura.
 - (C) Os estabelecimentos comerciais são obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, mais de 1 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor.
 - (D) Os estabelecimentos comerciais são obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, 1 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor, ficando os de prestação de serviços dispensados de tal mister.
 - (E) Os estabelecimentos de prestação de serviços são obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, ao menos 2 (dois) exemplares do Código de Defesa do Consumidor.
45. O título II do Código de Defesa do Consumidor dedica-se a disciplinar as condutas que constituem crimes contra as relações de consumo, capitulando como circunstância agravante:
- (A) serem cometidos em época de acirrada concorrência.
 - (B) ocasionarem dano individual ou coletivo.
 - (C) quando cometidos por pessoa cuja condição econômica-social seja manifestamente superior à da vítima.
 - (D) dissimular-se a natureza lícita do procedimento.
 - (E) em detrimento de menor de 21 (vinte e um) ou maior de 60 (sessenta) anos.
46. O Decreto Federal nº 11.034, de 5 de abril de 2022, regulamenta o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), disciplinando que
- (A) o seu acesso será gratuito, porém o atendimento das demandas pode acarretar ônus para o consumidor.
 - (B) é vedada a veiculação de mensagens publicitárias durante o tempo de espera para o atendimento, exceto se houver consentimento prévio do consumidor.
 - (C) o acesso ao SAC em dias úteis estará disponível, ininterruptamente, durante o horário comercial.
 - (D) pode ser prestado, facultativamente, por atendimento telefônico.
 - (E) quando prestado por atendimento telefônico ao consumidor, pode ser disponibilizado exclusivamente por inteligência artificial.

47. O Código de Defesa do Consumidor criou um sistema de tutela coletiva contra ofensas a direitos individuais homogêneos perpetradas por fornecedores, estabelecendo que os legitimados sociais poderão propor, em nome próprio e no interesse das vítimas, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, prevendo que
- (A) proposta a ação, será publicada, obrigatoriamente, mensagem publicitária em rádio e televisão, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes.
 - (B) em caso de procedência do pedido, a condenação será certa e determinada, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados em relação a cada um dos consumidores lesados.
 - (C) decorrido o prazo de 6 (seis) meses, sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados sociais promover a liquidação e execução da indenização devida.
 - (D) a liquidação e a execução individual da coisa julgada coletiva poderá ser promovida pela vítima, mas não por seus sucessores.
 - (E) o Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.
48. A Lei Estadual nº 15.179, de 23 de outubro de 2013, garante às pessoas idosas gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros de característica rodoviária convencional, estabelecendo que
- (A) para ser considerado idoso a pessoa deverá necessariamente ser maior de 65 (sessenta e cinco anos).
 - (B) deverão ser disponibilizados, no mínimo, 5 (cinco) assentos por veículos.
 - (C) para ter acesso à gratuidade, o beneficiário deverá solicitar reserva de assento com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, contadas do horário previsto para a partida do veículo.
 - (D) até 2 (duas) horas antes da partida do veículo, os prestadores de serviço não poderão disponibilizar, para a venda a qualquer interessado, os respectivos bilhetes de idosos que não foram objeto de reserva.
 - (E) a não observância da gratuidade em análise sujeitará os prestadores de serviço ao pagamento de multa de 200 UFESPs (duzentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), aplicável em dobro, em caso de reincidência.
49. A Resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nº 632, de 7 de março de 2014, trata do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RCG, dispondo que os seus fornecedores deverão
- (A) apresentar ao consumidor a cobrança pelos serviços por ele prestados em qualquer formato.
 - (B) transferir a titularidade do contrato de prestação de serviço, mediante cumprimento, pelo novo titular, dos requisitos necessários para a contratação inicial de serviço.
 - (C) fornecer o contrato de prestação de serviço, bem como o plano de serviço contratado, apenas caso solicitado pelo consumidor.
 - (D) restabelecer, gradativamente, os direitos referentes à prestação dos serviços, a partir de acordo celebrado pelo consumidor com a prestadora relativo a débito em aberto.
 - (E) cobrar assinatura reduzida durante o período de suspensão total do serviço requerida pelo consumidor.
50. No que diz respeito ao preço de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, nos termos da Lei Federal nº 13.455, de 26 de junho de 2017, é correto afirmar que
- (A) é proibida a diferenciação de preços de serviços em função do prazo, mas permitida por conta do instrumento de pagamento utilizado.
 - (B) é permitida a diferenciação de preços de serviços em função do prazo, mas proibida por conta do instrumento de pagamento utilizado.
 - (C) é proibida a diferenciação de preços de bens em função do prazo, mas permitida por conta do instrumento de pagamento utilizado.
 - (D) é permitida a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.
 - (E) é permitida a diferenciação de preços de bens em função do prazo, mas proibida por conta do instrumento de pagamento utilizado.

REDAÇÃO

TEXTO 1

O tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, por meio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que sejam destruídos ou descaracterizados. Esse tipo de preservação pode ser aplicado a bens móveis e imóveis de interesse cultural ou ambiental, como fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades. O tombamento somente é aplicado a bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

(Perguntas frequentes sobre tombamento. www.capital.sp.gov.br. Adaptado)

TEXTO 2

A tarefa de manter um imóvel tombado pelo patrimônio histórico é um desafio para aqueles que possuem ou adquirem o bem. Segundo a arquiteta Cris Moura, “os conceitos arquitetônicos não podem ser modificados quando se trata de casas tombadas. Por isso, quem compra um patrimônio como esse deve ter em mente que haverá gastos para mantê-lo como fora erguido. Entre os custos está a revisão da estrutura do imóvel para saber se está seguro, como a parte elétrica”. Para a arquiteta, o proprietário terá que combinar a sua satisfação em morar em um local histórico com o ônus, isto é, com as obrigações que ele produz.

Em tempos de crise, falar em custos é algo que incomoda as pessoas. É o caso da carioca Myrian Born, radicada em Petrópolis, onde adquiriu uma residência tombada. Embora o local seja funcional, como fora construído na década de 40, a residência tem custos elevados para ser mantida. A propriedade é quase um museu. A cozinha, por exemplo, tem um piso com ladrilhos ingleses e adornos na janela que remontam a uma época cujo estilo arquitetônico não se vê mais.

Myrian reconhece que as despesas para deixar o imóvel do jeito que ele era nos tempos de sua construção são altas.

(Apesar de elegante, manter um imóvel tombado é um desafio para proprietários. <https://tribunadepetropolis.com.br>, 25.02.2019. Adaptado)

TEXTO 3

A paixão por história e preservação cultural é elemento quase obrigatório para quem mora em um imóvel tombado. Para José Cazarin, sócio-fundador de uma imobiliária, o público que demanda esse tipo de imóvel costuma entender a importância da cultura para a cidade: “As pessoas valorizam viver em um prédio que é parte da história. Sabem que estão comprando mais do que um imóvel. O deleite estético supera as pequenas chatices de se viver em um prédio antigo”.

Yara Tucunduva e Valderi Ruviano residem em uma casa quase centenária no bairro Bela Vista, em São Paulo. O casal se mudou para o imóvel em 2002 e, pouco tempo depois, veio o tombamento do bairro. Yara e Valderi fazem parte do grupo de aficionados pela preservação histórica. “No nosso entendimento, nossa batalha não é nem porque a gente quer morar aqui. O importante é que essa casa seja preservada. Ela é um patrimônio da cidade, mostra uma forma de viver do século passado”, afirmam.

O casal segue trabalhando na preservação do imóvel, recebendo visitas de arquitetos e estudantes com frequência, apresentando a casa para o maior número de pessoas. “Quem sabe um dia ela tenha um uso mais coletivo, como um espaço de cultura e conhecimento para a população. Esse é nosso objetivo”, diz Yara.

(Lorena Lara. Imóvel tombado é cheio de regras, mas oferece recompensas a donos. www.estadao.com.br, 23.02.2020. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

TOMBAMENTO DE IMÓVEIS PARTICULARES: ENTRE OS ÔNUS AOS PROPRIETÁRIOS E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

